

Proposição de Lei Complementar de nº 8/2018

Suprime cobrança de taxas e tributos em período que o sujeito passivo da obrigação tributária estiver com suas atividades suspensas.

A Câmara Municipal de Igaratinga através de seus integrantes, legítimos representantes do povo, aprovou a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suprimir a cobrança de tributos, os quais são especificados no art. 115, II, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 35, de 26 de dezembro de 2014, no período que compreende ao dia seguinte à suspensão da atividade econômica até seu término.

Art. 2º O Contribuinte, para fazer jus ao que dispõe o art. 1º, terá que comprovar a suspensão da atividade econômica e estar regular com a Fazenda Pública Municipal.

Art. 3º A aplicação no disposto no art. 1º desta lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Igaratinga, 05 de junho de 2018.

Wellington Alves da Cruz
Presidente